

Registo Geral
dos Soldados

da Patria Alta
des desta Prov^a

3

RESENHA

**RICARDO SALLES E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A
HISTORIOGRAFIA SOBRE
A GUERRA DO PARAGUAI**

Marcos Antonio Briel

Mestrando em História (UFES). Graduado em História (UFES). Subgerente de Documentos Textuais e Cartográficos (APEES).

Ricardo Salles e sua contribuição para a historiografia sobre a guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito bélico entre os Estados sul-americanos, conhecida também como Grande Guerra ou Guerra da Tríplice Aliança. Iniciou-se nos meses finais de 1864, a partir da captura do vapor Marquês de Olinda e terminou em 1º de março de 1870, após a morte do ditador paraguaio Francisco Solano López. Estima-se que o Brasil levou para o front cerca de 135 mil combatentes¹, de todas as províncias do Império, agrupados nos contingentes do Exército profissional, Voluntários da Pátria, guardas nacionais, recrutas e ex-cativos.

A obra *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército* contribui para discutir os impactos sociais e políticos do conflito platino sobre o Império do Brasil, sobretudo, sua relação com a formação institucional do Exército e o grande esforço nacional para cooptar indivíduos das camadas médias, pobres livres e escravizadas. Lançado em 1990 pela editora Paz e Terra, trinta e quatro anos depois, o livro continua como uma das principais referências na historiografia da Guerra do Paraguai, colaborando para elucidar a temática em nível nacional e suscitar pesquisas que analisam a participação das províncias no confronto.

O autor, Ricardo Salles (1950-2021), é um dos grandes historiadores da área de Brasil Império, dedicando-se às temáticas da Guerra do Paraguai, economia escravista e a trajetória de Joaquim Nabuco. Também, juntamente com Keila Grinberg, foi o organizador da coleção *Brasil Imperial* (2009), que reuniu artigos de estudiosos de todo o país que examinam o período monárquico. Era professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O livro analisado divide-se em seis capítulos, sendo os três últimos os eixos centrais das análises do

autor. O primeiro realizou uma breve apresentação dos danos políticos, materiais e humanos causados pelo esforço de guerra em cada um dos países envolvidos. Para o caso brasileiro, especificamente, Salles destacou que a vitória do Império, ao contrário de outros conflitos mundiais de grande escala, não desencadeou um período de expansão econômica para o Estado vencedor. Mas, sua sustentação gerou inúmeros gastos públicos, aumentou o endividamento do país com os bancos ingleses e desgastou politicamente a monarquia, iniciando-se uma série de eventos que levaram à Proclamação da República em 1889.

No segundo capítulo, o autor analisou a historiografia sobre o tema, onde apontou os problemas constantes nas versões tradicionalistas e revisionistas que marcaram a primeira e segunda fase de produção. Enquanto, no terceiro, destacou o contexto do Brasil pré-guerra, enfatizando o processo de consolidação do sistema político imperial, a partir da década de 1850. Apaziguadas as divergências regionais e derrotados os movimentos separatistas que eclodiram durante o Período Regencial, a tranquilidade interna possibilitou ao Império voltar-se para fora de suas fronteiras, na tentativa de consolidar-se como principal potência entre os países da bacia do Rio da Prata.

Com o início do próximo capítulo intitulado “A guerra do Paraguai e o Brasil: a formação de um exército nacional e o fim do Império”, Ricardo Salles insere o leitor nas atividades beligerantes, especialmente na necessidade de formar um exército numeroso e centralizado para expulsar os paraguaios do território nacional.

Até a Guerra do Paraguai, os embates realizados na região platina travaram-se com o emprego da Guarda Nacional das províncias do Sul, com o exército profissional utilizado apenas como força auxiliar. Além disso, o efetivo da caserna era pouco numeroso, com cerca de 15 mil homens. O serviço militar, durante o século XIX, foi visto como um castigo pela população. Havia uma repugnância geral em tornar-se recruta. As condições de alimentação e estrutura nos quartéis eram precárias. Roubos, brigas, deserções e

¹ CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*. FGV: Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. p. 350.



SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

castigos físicos faziam parte da rotina da instituição militar². Ademais, os soldados de baixa patente não participavam da cidadania ativa, impedidos pela legislação de votarem.

Entretanto, a eclosão do conflito platino obrigou o Império a abandonar as antigas práticas militares e mobilizar todo o conjunto da sociedade. O que denota a expansão da interferência do Estado sobre as dinâmicas do poder local, na economia escravista e no cotidiano de seus súditos. Elaborou-se uma intensa campanha patriótica que foi capaz de alterar a imagem punitivista da farda e transformá-la em ato de coragem, desprendimento e nacionalismo. A necessidade de enviar homens para o fronte fez com que o Império recorresse a grupos excluídos do sistema político e social, que agora eram chamados a defender os valores de civilização que os alijava.

² CARVALHO, 1996, p. 349-350.

Entre eles estavam os escravizados, que podiam ser empregados à luta como doação ao esforço de guerra, usados como substitutos de guardas nacionais, libertos oferecidos pelo governo (escravizados da Nação, irmandades religiosas e da Casa Imperial) ou alistados como Voluntários da Pátria, após fugirem das fazendas de seus senhores. De acordo com o autor, não é possível determinar com precisão o número de cativos enviados aos acampamentos aliados. Além da precariedade burocrática dos registros, há uma intenção de suprimir a dependência de valer-se dos escravizados para continuar uma campanha que, ao contrário dos primeiros meses de mobilização, encontrou forte resistência popular.

Todavia, Ricardo Salles pondera que o conjunto de escravizados remetidos ao Sul não ultrapassou 10% de todo o contingente brasileiro. Um dos principais impedimentos da larga utilização era o impacto econômico que geraria, devido ao alto valor de mer-

cado. A promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que proibiu o tráfico negreiro, triplicou o preço dos escravizados e diminuiu o índice de mão de obra disponível, já que devido às péssimas condições de vida, o índice da população escrava declinou, aceleradamente, em relação à porção livre. Apesar dos estudiosos revisionistas e a imprensa oficial paraguaia afirmarem a franca utilização de cativos nas fileiras do Exército, foram os setores livres que compuseram a maior parcela.

Havia muitas maneiras de colaborar com as causas da guerra: oferecimento de serviços em prol da campanha, doações pecuniárias, fundação de associações patrióticas e a promoção do alistamento militar entre os familiares, protegidos e outros indivíduos que as elites locais conseguissem arregimentar. Certamente, a principal colaboração com a luta do Império era engajar-se como combatente.

Como incentivo e necessidade de captar recursos humanos, o governo publicou, em 7 de janeiro de 1865, o decreto nº 3.371, que instaurou os corpos de Voluntários da Pátria. Tal instrumento garantia aos inscritos soldos diários de 300 réis, gratificação de 300\$000 ao final da guerra, prazos de terras, pensão em caso de invalidez ou morte e preferência em cargos públicos. Foi considerado uma nova forma de mobilização que, caso o apelo ao patriotismo não fosse suficiente, as vantagens financeiras atrairiam interessados.

De acordo com Salles, o governo imperial e a sociedade escravista se esforçaram para criar um sentimento de unidade, capaz de produzir uma grande mobilização nacional. O Estado precisou recrutar indivíduos além de seu alcance e explorou valores morais e ideológicos em prol do conflito. Por isso, além de todo o impacto causado no país, a Guerra do Paraguai é considerada um dos principais fatores da criação de uma identidade nacional.

Já no quinto capítulo, o autor descreve as etapas da campanha, a movimentação e o cotidiano das tropas brasileiras na guerra. Chama a atenção a presença feminina nos acampamentos. Havia mães,

esposas, amantes, prostitutas que seguiram seus companheiros em marcha e cuidavam da comida, roupas, socorriam doentes, feridos e também pegavam em armas.

Por fim, tratou sobre as contradições existentes na instituição de bases amplas criada para o conflito contra o Paraguai, o Exército nacional, especialmente as diferenças que colocavam em contradição o oficialato e a tropa. O alto escalão da instituição militar buscou manter a estratificação social existente em seu interior. A ascensão aos postos militares de maior relevância, mesmo após distinguir-se por atos de bravura, continuou restrita ao grosso da tropa. Libertos, homens livres e pobres ainda estavam impedidos de alcançarem boas promoções na carreira militar. Sintoma de uma estrutura política e social excludente, que recorreu e inseriu as camadas populares na instituição formada para atingir seus objetivos externos, enquanto reafirmaram os privilégios que mantinham a rigidez da estrutura e impossibilitaram a promoção de indivíduos de fora do círculo elitista.

Referências:

CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*. FGV: Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. p. 350.
SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

